

Universidade de Brasília

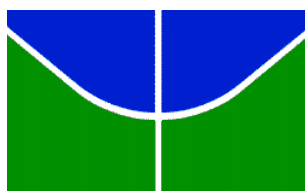
Instituto de Ciência Política

Ideologia e Política Ambiental: Análise Comparativa de Governos da Amazônia Legal

Cristina de Menezes Gaudencio

Brasília – DF

Julho/2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Ideologia e Política Ambiental: Análise Comparativa de Governos da Amazônia Legal

Cristina de Menezes Gaudencio

Monografia apresentada ao Curso de
Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política, Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política sob a
orientação da professora Ana Karine Pereira
(CDS/UnB).

Brasília -DF

RESUMO

Este trabalho busca apresentar um panorama ideológico das políticas ambientais adotadas pelos governos estaduais da Amazônia Legal entre 2019 e 2022, considerando o alinhamento com o governo federal, que era populista de direita. Os objetivos incluíram apresentar as principais conclusões da literatura sobre ideologia e meio ambiente, fornecer um histórico da questão ambiental na política brasileira e classificar os governos estaduais a partir de atributos específicos. Utilizando análise hemerográfica, foram testadas três hipóteses. A primeira confirmou que manifestações ideológicas ambientais tendem a coincidir com a orientação ideológica partidária. A segunda hipótese, que sugeria que os governos alinhados com o governo federal adotavam posturas populistas de direita na governança ambiental, foi refutada. A terceira hipótese, que relacionava a relevância do agronegócio para a economia estadual ao afrouxamento das políticas de fiscalização ambiental, também foi refutada, indicando uma relação mais complexa entre esses fatores.

Palavras-chave: Amazônia Legal; ideologia; política ambiental; populismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura hierárquica das codificações	30
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Manifestações Populistas na Política de Comando e Controle Ambiental...	25
Quadro 2 - Manifestações de Esquerda na Política de Comando e Controle Ambiental.....	26
Quadro 3 - Manifestações de Direita na Política de Comando e Controle Ambiental	27
Quadro 4 - Atributos dos Governos Estaduais.....	35
Quadro 5 - Teste da Hipótese 1.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Referências Codificadas por Unidade da Federação.....	29
Tabela 2 - Classificação Ideológica dos Governos Estaduais.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Acre

AM - Amazonas

AP - Amapá

DEM - Democratas

MA - Maranhão

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MT - Mato Grosso

PA - Pará

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PODE - Podemos

PP - Partido Progressista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSL - Partido Social Liberal

RO - Rondônia

RR - Roraima

STF - Supremo Tribunal Federal

TO - Tocantins

UNIÃO - União Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1. Influência das Ideologias Políticas na Política Ambiental.....	12
2.1.1. <i>Perspectivas de Esquerda sobre Política Ambiental</i>	13
2.1.2. <i>Perspectivas de Direita sobre Política Ambiental</i>	14
2.1.3 <i>Perspectivas Populistas sobre Política Ambiental</i>	15
2.2. Formação do Movimento Ambientalista no Brasil.....	17
2.3. Direitos Brasileiras no Contexto Pós-redemocratização.....	19
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3.1. Descrição do Objeto de Pesquisa.....	23
3.2. Metodologia.....	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
4.1. Panorama Geral da Codificação.....	29
4.2. Classificação dos estados.....	31
4.3. Teste das Hipóteses.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco principal abordar a relação entre política ambiental estadual e ideologia política, a partir de um estudo de caso comparado dos governadores dos estados da Amazônia Legal, no período de 2019 a 2022.

A pauta ambiental tem conquistado destaque na mídia e no debate público, por ser considerada urgente no meio científico e por gerar consideráveis impactos socioambientais. Essa crescente relevância repercute na política, em cenários permeados por disputas ideológicas, cujos efeitos se refletem nas agendas de governos e nos instrumentos da política ambiental.

A literatura acadêmica aborda a relação entre ideologia política e política ambiental, sobretudo no que se refere à dicotomia política esquerda/direita. No entanto, ao longo da última década, em meio à crise do modelo da democracia liberal (Forchtner, 2020), emergiu um interesse crescente pela análise da política ambiental adotada por governos populistas. Com a ascensão de novos tipos de populismo, sobretudo de direita, tornou-se objeto de estudo a maneira como esses líderes atuam no campo das questões ambientais. Essa abordagem tem abrangido diversos casos ao redor do mundo, com diversos exemplos na Europa, o governo Trump nos Estados Unidos e o governo de Jair Bolsonaro no Brasil (Forchtner, 2020; Lockwood, 2018; Selk; Kemmerzell, 2021; Fiorino, 2022; Miguel, 2022).

Jair Bolsonaro foi eleito no contexto de ascensão de novas direitas, com ideologia que incorpora elementos autoritários, liberais na economia, e ultraconservadores em questões morais/de costumes (Peci, 2021). Seu governo promoveu profundas mudanças na trajetória da política ambiental brasileira, a partir de um esforço de desmantelamento da política que vinha sendo construída há décadas (Capelari et al, 2020). Diversos governadores eleitos em 2018 alinharam-se ao bolsonarismo ou a elementos específicos de seu projeto político, trazendo novas dinâmicas a suas regiões. Em face disso, para realizar uma investigação mais robusta da política ambiental, considerando a ascensão das novas direitas, é importante analisar também a atuação de governadores, na medida em que, no Brasil, a gestão ambiental é de competência comum dos entes federativos (Brasil, 1988). Essa atribuição foi

regulamentada pela Lei Complementar 140/2011 (Brasil), que especifica as competências dos entes federativos no que se refere à governança ambiental.

Visando abordar a problemática sobre a relação entre política ambiental e ideologia política, pretende-se responder o seguinte questionamento: como a ideologia se manifestou na política ambiental de governadores da Amazônia Legal, no período de 2019 a 2022? Três aspectos foram fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa: o reconhecimento da importância da região amazônica, e da atuação dos governos estaduais para a agenda ambiental e climática; a compreensão de ideologias como fatores que afetam as ferramentas da política ambiental e dos impactos produzidos por novas tendências ideológicas na gestão ambiental (Heywood, 2017); e a escassez de estudos sobre a condução da política ambiental por populistas no Sul Global.

A Amazônia Legal abrange nove estados do norte, centro-oeste e nordeste: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Essa região abriga a maior floresta tropical do mundo e desempenha um papel crucial na regulação do clima global e na conservação da biodiversidade - temas que conquistaram especial relevância no debate público.

Para realizar a gestão dessa área, os estados da região enfrentam diversos desafios socioambientais, como desmatamento, conflitos territoriais e pressões econômicas. Nesse contexto, considerando um cenário desafiador e a governança que compreende diferentes níveis, análises no âmbito estadual mostram-se necessárias para compreender políticas ambientais de maneira aprofundada.

Ideologias refletem valores, processos históricos e desempenham um papel fundamental na tomada de decisões, gerando consequências simbólicas e materiais (Klingerman, 2006). Cada ideologia oferece abordagens distintas para enfrentar os desafios que permeiam a questão ambiental. Portanto, ao identificar como essas manifestações podem limitar ou contribuir para a implementação de políticas ambientais, amplia-se a compreensão de dinâmicas de poder que envolvem a pauta ambiental. Essa compreensão mais abrangente também traz benefícios para a construção de estratégias de governança mais coerentes com cenários estabelecidos.

Por fim, destaca-se a escassez de estudos que abordam a relação entre populismo e política ambiental no Sul Global. Como há um grande foco em Estados Unidos e Europa, temas que são particulares a estes locais têm dimensão central no debate ambiental, mas não necessariamente são relevantes para analisar o contexto

brasileiro. Um desses temas é a questão da energia nuclear, que na Europa é um assunto muito relevante para compreender a atuação das direitas populistas no âmbito do meio ambiente (Lockwood, 2018), algo que não poderia ser transposto à realidade brasileira devido às diferenças na matriz energética do país e nas dinâmicas de construção do debate ambiental. Dessa forma, a pesquisa busca ampliar esse debate acadêmico, considerando a realidade específica do Brasil.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é fazer um mapeamento das ideologias políticas de governos estaduais na região da Amazônia Legal no que concerne à política ambiental. De forma específica, buscou-se apresentar os principais achados na literatura sobre a relação entre ideologia e meio ambiente; apresentar um histórico da questão ambiental na política no Brasil; realizar mapeamento ideológico e classificação dos governos estaduais da Amazônia Legal (2019-2022), considerando atributos específicos de cada estado.

Com base nas questões levantadas, foram formuladas três hipóteses: a primeira hipótese (H1) afirma que as manifestações ideológicas ambientais coincidem com a orientação ideológica partidária. Isso sugere que governos alinhados a determinadas ideologias políticas tendem a adotar posturas similares no que tange a questões ambientais. Por sua vez, a segunda hipótese (H2) alega que os governos estaduais que se alinharam com o governo federal, no período de 2019-2022, tendem a adotar posturas populistas de direita na governança ambiental. A terceira (H3) sugere que quanto maior a relevância do agronegócio na economia estadual, maior a presença de discursos de flexibilização e afrouxamento das políticas de fiscalização. Dessa forma, a ideologia seria associada com um fator que não é político, e sim econômico.

A metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, a partir de estudo de casos comparados, sendo que cada caso é representado por um estado da Amazônia Legal (AL). Para atingir a finalidade de apresentação do panorama e comparação dos casos, foram aplicadas as técnicas de análise de conteúdo a partir de dados provenientes de pesquisa hemerográfica e discursos políticos.

Esta monografia encontra-se organizada da seguinte forma: o capítulo 1 oferece um embasamento teórico das ideologias, destacando a importância desse elemento para as políticas ambientais, bem como o impacto das ideologias de esquerda, direita e populistas na política ambiental. O capítulo 2 apresenta um panorama da questão ambiental na política brasileira, abordando a consolidação do movimento ambientalista, os principais conflitos existentes nesse contexto e a formação das novas direitas. No

capítulo 3, são detalhados os procedimentos metodológicos adotados, incluindo as escolhas de fontes de dados. Por fim, são apresentados os resultados, as discussões relacionadas ao tema e as conclusões da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Influência das Ideologias Políticas na Política Ambiental

Na literatura científica, existem múltiplos entendimentos acerca do conceito de ideologia. Neste trabalho, optou-se por abordar a ideologia como conjunto interligado de ideias que de alguma forma direciona a ação política (Heywood, 2017). Esses sistemas de crenças são razoavelmente coerentes e compartilhados por grupos de pessoas e impactam a formulação de políticas públicas. Tradicionalmente, as ideologias abordadas incluem conservadorismo, socialismo, liberalismo, anarquismo e fascismo, mas ao longo do tempo, outras concepções foram introduzidas no debate, como populismo, ecologismo, feminismo e multiculturalismo (Heywood, 2017).

Diversos fatores exercem influência sobre o comportamento dos atores no âmbito da política ambiental, tais como a conjuntura política, as restrições institucionais e o contexto econômico. Uma conclusão frequente na literatura é que a orientação ideológica de um indivíduo afeta o seu apoio às questões ambientais, de maneiras distintas, dependendo da sua inclinação ideológica (Harring; Jagers; Matti, 2017). As discussões sobre o impacto da orientação política-ideológica no apoio às questões ambientais se concentram predominantemente na dicotomia entre direita e esquerda, ou entre liberais e conservadores¹. No entanto, recentemente, tem havido uma atenção crescente para o populismo, especialmente diante do crescimento do número de regimes fundamentados nessa ideologia, enquadrados na terceira onda autoritária (Lührmann, 2019)².

Harring, Jagers e Matti (2017) examinaram o efeito da ideologia e dos valores pessoais no posicionamento dos indivíduos em relação a medidas ambientais. Embora muitas questões relacionadas a valores e ideologias se sobreponham, constatou-se que cada uma dessas variáveis afeta o posicionamento sobre questões ambientais de forma independente. Nesse cenário, a ideologia exerce um impacto significativo no posicionamento dos indivíduos, especialmente em questões que envolvem taxaço, regulacão e fornecimento de subsídios. Indivíduos de esquerda e de direita tendem a ter

¹ Os estudos que tratam da dicotomia liberais/conservadores, no geral, fazem referência a disputas ideológicas dos Estados Unidos.

² Há autores que consideram populismo como estratégia política e autores que o consideram como ideologia. Este trabalho utiliza o conceito de Mudde (2004), desenvolvido na seção 2.3, que considera o populismo uma ideologia.

visões opostas sobre essas questões, o que será explorado em maior detalhe na próxima seção.

Quando se trata do federalismo brasileiro, há evidências de que o alinhamento ideológico ambiental, tanto em nível pessoal quanto governamental, com o governo federal, revelou-se um fator importante na compreensão do processo de desmantelamento da política ambiental, ocorrido entre 2019 e 2022. De acordo com Pereira (2022), ao analisar os governos dos estados da Amazônia Legal de forma comparativa, constata-se que esses fatores ideológicos são mais relevantes para explicar o desmantelamento do que somente o alinhamento político-partidário, por exemplo.

Considerando o exposto, as próximas sub-seções deste trabalho abordarão as influências de tendências ideológicas de direita, de esquerda e populistas na política ambiental. É importante ressaltar que ideologias populistas podem ser de esquerda ou de direita, com estratégias específicas em cada caso, como será discutido adiante.

2.1.1 Perspectivas de Esquerda sobre Política Ambiental

Indivíduos de esquerda são caracterizados por diversos atributos específicos, entre os quais estão a defesa da promoção de uma maior regulação do mercado, da implementação de planejamento econômico e da ampliação do estado de bem-estar social (Klingerman, 2006). Este último aspecto se destaca pela sua ênfase na proteção dos direitos sociais e na garantia de uma rede de proteção social abrangente, conduzida principalmente pelo Estado.

As perspectivas políticas de esquerda têm um caráter mais coletivista, o que as torna mais receptivas a ideais ambientalistas (Clayton, 1998). Essa inclinação está relacionada ao fato de que as questões ambientais frequentemente estão interligadas a temas sociais, como justiça distributiva e acesso equitativo aos recursos naturais. Além disso, as esquerdas tendem a ser mais favoráveis à intervenção estatal. Como a política ambiental possui uma natureza regulatória, os instrumentos utilizados para abordar essas questões frequentemente requerem uma forte presença do Estado.

Nesse sentido, um dos aspectos centrais para compreender interpretações de esquerda sobre questões ambientais é a concepção de justiça focada no contexto coletivo. No entanto, é importante destacar que o conceito de justiça é subjetivo e pode ser interpretado de diversas maneiras. Tanto os anti-ambientalistas quanto os pró-ambientalistas atribuem importância ao conceito de justiça, porém, cada grupo o

instrumentaliza de maneiras distintas. Essas diferentes abordagens resultam em concepções variadas de política ambiental, e defesa de instrumentos específicos a depender da ideologia política (Harring; Jagers; Matti, 2017).

No que se refere a instrumentos de política ambiental, estudos conduzidos por Harring, Jagers e Matti (2017) demonstraram que indivíduos de orientação política de esquerda tendem a defender uma maior atuação estatal por meio de regulação e taxaço. Por outro lado, nota-se uma menor receptividade por parte dos adeptos da esquerda em relação a políticas de subsídio, em comparação com indivíduos de direita.

Cabe ressaltar que nem toda a esquerda é pró-ambientalista, especialmente as vertentes desenvolvimentistas. Além disso, nem todos os ambientalistas são necessariamente de esquerda. Há perspectivas políticas, inclusive de extrema-direita (Forchtner, 2020), que atribuem grande importância às questões ambientais. No caso da extrema-direita, há, por exemplo, o patriotismo verde, que articula questões ambientalistas, com pautas autoritárias e nacionalistas (Forchtner, 2020). Portanto, é fundamental reconhecer a complexidade do tema e das perspectivas ideológicas.

2.1.2 Perspectivas de Direita sobre Política Ambiental

Adeptos de ideologias de direita, em contraste, tendem a endossar características como ortodoxia econômica, livre iniciativa, promoção de incentivos para o mercado e uma abordagem mais restritiva em relação ao estado de bem-estar social. Isso implica em uma visão que valoriza a redução da intervenção estatal na economia, incentivando a promoção de liberdades individuais e liberdade de mercado (Klingerman, 2006).

No contexto das questões ambientais, a perspectiva de direita é orientada por concepções de justiça que dão ênfase ao indivíduo e apresentam uma maior tendência ao anti-ambientalismo. Por valorizarem a liberdade individual e a autonomia de mercado, quem parte dessas abordagens pode interpretar as regulações ambientais como obstáculos à liberdade econômica e aos direitos individuais (Harring; Jagers; Matti, 2017). Diante disso, um dos motivos para a inclinação à rejeição dos movimentos ambientalistas é a ênfase dada por esses movimentos a um conceito de justiça que conflita com modelos de justiça com foco nos indivíduos.

No que diz respeito aos instrumentos de política ambiental, os adeptos da direita tendem a favorecer abordagens baseadas em incentivos econômicos, como subsídios e

incentivos fiscais, em vez de regulações mais rígidas e implementações de taxas (Harring; Jagers; Matti, 2017).

2.1.3 Perspectivas Populistas sobre Política Ambiental

O populismo é um termo amplamente discutido e objeto de disputa conceitual no meio acadêmico. Enquanto alguns pesquisadores o encaram como um estilo de fazer política ou uma forma de comunicação, este trabalho adota a perspectiva proposta por Mudde (2004), que considera o populismo como uma ideologia. Segundo essa visão, o populismo é uma ideologia antagonista e não-pluralista, que polariza a sociedade entre um grupo virtuoso e elites corruptas. Além disso, os líderes populistas constroem narrativas que afirmam a existência de uma crise, alegando que somente a atuação de seus governos pode resolvê-la (Knight, 1998). Eles buscam exercer o poder por meio de mecanismos não-institucionalizados, ultrapassando as estruturas tradicionais de governança (Weyland, 2001).

Na esfera ambiental, percebe-se maior ênfase dada na literatura à atuação de governos populistas de direita. Esse destaque decorre do crescimento dessa ideologia, impulsionado por uma crise de legitimidade do modelo de democracia liberal. Essa crise resultou na desconfiança de setores da sociedade nas instituições desse sistema, o que criou um ambiente propício para o surgimento e o fortalecimento de regimes populistas, especialmente de orientação política de direita (Castells, 2018). Estudos sobre a governança ambiental nesses contextos revelam alguns aspectos principais: a tendência ao conspiracionismo; ceticismo climático/ambiental; polarização; e desenvolvimentismo (Pereira et. al, 2022).

Teorias conspiratórias são frequentemente encontradas na comunicação de governos populistas, tanto de esquerda quanto de direita. No entanto, é possível observar uma diferença temática nas conspirações, com os populistas de direita tendendo a se envolver mais em teorias conspiratórias relacionadas à ciência. Dado que as questões ambientais e climáticas têm uma base substancialmente científica, é comum que o conspiracionismo endossado por esses indivíduos se manifeste na forma de ceticismo climático/ambiental (Forchtner, 2020).

Considerando que a polarização é uma característica central do populismo, é relevante destacar como esse traço se manifesta nas lideranças populistas. Uma tendência comum é a de antagonizar as burocracias responsáveis pela execução das

políticas (Becker; Bauer, 2020). Além disso, em consonância com o endosso de teorias conspiratórias e do ceticismo, observa-se uma inclinação entre os populistas de direita para antagonizar questões e entidades como ONGs, globalismo, comunismo e a mídia. Estudos de Forchtner (2020) e Miguel (2022) demonstram que a questão climática é frequentemente utilizada em discursos populistas como parte da construção de um inimigo e na luta contra as elites. Esse inimigo muitas vezes é integrado a uma narrativa conspiratória, podendo ser identificado como "a esquerda globalista", "comunistas" e outros adjetivos pejorativos.

A abordagem dos líderes populistas quanto à burocracia também apresenta particularidades. Em regimes populistas, é possível observar uma diminuição da expertise administrativa devido à influência política no aparelhamento do Estado e à presença de outsiders inexperientes. Além disso, ocorre uma politização da governança, intensificação da patronagem, com prioridade para aqueles considerados leais ao regime, e centralização do poder na figura do líder. Nesse contexto, as principais formas de atuação incluem a marginalização, reforma ou restrição da burocracia, como apontado por Bauer et al. (2021).

A literatura também aponta características comuns aos governos populistas de extrema-direita, e que surtem efeito na política climática. Segundo Wodak (2015), há 4 dimensões fundamentais que costumam ser instrumentalizadas por populistas de direita: antielitismo; autoritarismo; conservadorismo/revisionismo histórico; e nacionalismo/nativismo/antipluralismo.

O antielitismo ocorre nos moldes apresentados no tópico da polarização, com antagonização de atores envolvidos na proteção ambiental e endosso a teorias conspiratórias. Na política climática, essa retórica pode se manifestar por meio de críticas aos cientistas e especialistas que alertam sobre as mudanças climáticas, desacreditando suas pesquisas. Além disso, esse antielitismo é expressado pela rejeição de políticas ambientais que são percebidas como medidas que beneficiam apenas elites, em detrimento das preocupações do povo (Forchtner, 2020).

No que tange ao autoritarismo, são relatadas duas situações distintas. Por um lado, há regimes autoritários de direita que impõem regulações ambientais rigorosas, motivados por ideais nacionalistas (econaturalismo e o ecoautoritarismo). Por outro lado, características tipicamente associadas ao autoritarismo de direita, como a submissão autoritária, a agressão autoritária, o convencionalismo e a orientação para a

dominância social, foram associadas a uma maior propensão ao ceticismo climático (Forchtner, 2020).

O caráter conservador, que inclui revisionismos históricos, se manifesta na medida em que esses indivíduos tendem a defender valores tradicionais, incluindo papéis de gênero e valores familiares tradicionais. Eles buscam preservar o status quo ou retornar a um passado idealizado. Dessa forma, são construídas narrativas que articulam elementos de proteção da pátria, nas quais grupos étnicos dominantes são retratados ora como heróis, ora como vítimas de forças malignas (Forchtner, 2020). Essas narrativas podem levar a abordagens ecoautoritárias, impulsionando narrativas polarizadoras e conspiratórias. Além disso, podem resultar em maior desenvolvimentismo, pois ambientalistas podem ser considerados inimigos da pátria ou agentes que vão contra os valores tradicionais, ou contra a soberania. Dessa forma, a associação entre conservadorismo, proteção da pátria e ideias tradicionais cria um contexto em que a preservação ambiental pode ser marginalizada para promover uma visão mais nacionalista e de desenvolvimento econômico.

Por fim, políticos populistas de extrema-direita manifestam características nacionalistas por meio da valorização da ideia de pátria e defendem uma visão exclusivista, na qual o grupo étnico dominante deve ser protegido de invasores perigosos, que são os atores antagonizados em seus discursos. Essas ideologias enfatizam a identidade nacional, que costuma vir de uma idealização do passado, e rejeitam a diversidade cultural, política e étnica. No contexto ambiental, essas posturas podem resultar em questões como menor cooperação internacional e perseguição a grupos ligados à proteção ambiental (Forchtner, 2020).

Em suma, os governos populistas, especialmente os de extrema-direita, apresentam características que afetam a política ambiental, como o endosso a teorias conspiratórias, o ceticismo climático, a polarização, a diminuição da expertise administrativa, o autoritarismo, o conservadorismo e o nacionalismo. Essas posturas podem ter impactos na cooperação internacional em questões ambientais e na perseguição a grupos ligados à proteção ambiental.

2.2. Formação do Movimento Ambientalista no Brasil

As raízes do movimento ambientalista brasileiro remontam à década de 1950, quando surgiram as primeiras organizações de conservação formadas por cientistas e

entusiastas da natureza (Hochstetler; Keck, 2007). No entanto, foi apenas nas décadas de 1970 e 1980 que o movimento alcançou efetiva consolidação e robustez. Esse período foi marcado por uma reação aos projetos desenvolvimentistas que, por sua vez, resultaram em danos ambientais significativos, especialmente com as iniciativas de colonização da Amazônia e a execução de grandes obras. Nesse contexto, grupos da sociedade civil começaram a se articular com demandas conservacionistas ou socioambientais (Alonso; Costa; Maciel, 2007).

Os conservacionistas se dedicavam predominantemente aos aspectos técnicos das ciências naturais, focando na preservação do mundo selvagem. Em contraste, os socioambientalistas assumiam uma postura mais politizada e incorporavam questões urbanas em suas reivindicações. Alonso, Costa e Maciel (2007) observam que o movimento se tornou coeso e passou a demandar uma agenda comum, impulsionado por três Estruturas de Oportunidade (EoP): a Redemocratização, a Assembleia Constituinte e os protestos da Rio-92.

A Redemocratização foi um marco importante para o crescimento dessas articulações, pois permitiu uma abertura para novas mobilizações e a entrada de novos atores na política. Vale ressaltar que o regime militar, que era de direita, promovia o desenvolvimentismo - uma agenda que ia de encontro aos objetivos dos ambientalistas. Nesse contexto, os grupos emergentes também lutavam contra o autoritarismo, o que evidencia a politização do movimento desde o seu início (Alonso; Costa; Maciel, 2007).

Considerando a influência das demandas socioambientalistas nesse período, é importante destacar a politização do movimento se deu dentro do espectro das esquerdas, conforme apontado por Hochstetler e Keck (2007):

Its emergence during the transition period helped to shape an environmentalism that is more politicized and further to the left than one sees elsewhere, what Brazilians call socio-environmentalism. This political context contributed to unusually strong interpersonal relations among environmentalists in state and civil society institutions, who work together in both blocking and enabling networks (pp. 10-11)

Nesse sentido, houve a participação de diversos grupos tradicionalmente alinhados à esquerda, como sindicalistas, movimentos pelos direitos civis e setores da Igreja Católica, como ocorreu nas mobilizações populares na região da Transamazônica. Houve, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, uma união entre movimentos ecologistas e movimentos sociais - que frequentemente reivindicavam direitos daqueles deixados para trás no projeto de modernização predatório. Portanto, além de questões restritas ao

mundo natural, reivindicava-se questões econômicas, políticas e culturais - como demarcação de terras e acesso a direitos básicos para aqueles que vivem na floresta (Souza, 2006).

Os movimentos ambientalistas desempenharam um papel ativo durante a Assembleia Constituinte, o que proporcionou uma atuação mais coesa do movimento. Vale ressaltar que houve uma resistência significativa por parte do centrão e da direita em relação às suas demandas. Nesse contexto, conservacionistas e socioambientalistas passaram a agir de forma conjunta, estando mais alinhados com a esquerda, a fim de confrontar um adversário comum. No entanto, é importante destacar que, mesmo com essa maior união entre os dois grupos, a perspectiva conservacionista teve mais permeabilidade na Constituinte (Alonso; Costa; Maciel, 2007).

Os protestos relacionados à Rio-92 representaram o momento final de consolidação do movimento ambientalista brasileiro. Na ocasião, os grupos começaram a conciliar algumas questões, e se uniram em torno de uma pauta comum: o neoconservacionismo - que inclui questões sociais e temas tipicamente verdes, de maneira profissionalizada e menos politizada que o socioambientalismo original (Alonso; Costa; Maciel, 2007).

Ao mesmo tempo em que ocorreu um avanço do neoconservacionismo, houve uma assimilação de ideais neoliberais por parte de certos setores do movimento ambientalista. Esse fenômeno coincidiu com o apogeu do neoliberalismo em escala global durante as últimas décadas do século XX. As vertentes ambientalistas que apresentam características neoliberais tendem a enfatizar as inovações tecnológicas como solução para os desafios ambientais, esvaziando as demandas sociais e não questionando os valores do livre-mercado (Acsegrad, 2008). Essas correntes continuam tendo impacto relevante no debate brasileiro, sobretudo nos meios políticos e empresariais.

Diante do exposto, percebe-se que o movimento ambientalista abrange diversas vertentes, mas em sua maior parte, existe uma afinidade com a esquerda. No entanto, também há setores de direita, como os neoliberais, que adotaram a agenda ambiental em suas plataformas políticas.

2.3. Direitas Brasileiras no Contexto Pós-redemocratização

Com o final da ditadura militar, as direitas brasileiras passaram por um momento de envergonhamento em relação a pautas autoritárias, ultraconservadoras e ao radicalismo de mercado (Rocha, 2019). Nesse contexto, mesmo os líderes de direita, que não colocaram a questão ambiental como prioridade na agenda, não eram abertamente antiambientalistas. Ainda que mais ligada a setores liberais na economia e ao agronegócio, a direita foi por vários anos relativamente moderada em comparação aos últimos anos, nos quais houve um fortalecimento de setores negacionistas e radicais na direita.

Com o passar do tempo, sobretudo por meio de think-thanks e redes sociais, ideais mais radicais, ligados a ideais como o autoritarismo, libertarianismo, ultraconservadorismo foram paulatinamente incorporadas em movimentos de direita. Questões como combate ao comunismo, luta contra uma suposta hegemonia cultural de esquerda e defesa de ideais libertários foram ganhando espaço, ainda que de maneira inicialmente restrita. Com o tempo, esses grupos foram ficando mais articulados e ganharam espaço na política. Durante o governo Lula, entre 2006 e 2010, esses grupos começaram a ganhar dimensões mais substanciais a partir de uma atuação muito efetiva em redes sociais, como o Orkut. Desde então, essa forma de ativismo digital veio crescendo e ganhou espaço nas arenas tradicionais da política (Rocha, 2019).

Foi no escopo da ascensão dessa nova direita que Jair Bolsonaro foi eleito. Sua ideologia incorpora elementos autoritários, liberais no âmbito do mercado, e ultraconservadores em questões morais/de costumes (Peci, 2021). Nesse sentido, ao chegar no poder foi construída uma coalizão que abrange os diferentes elementos de sua ideologia. No campo do liberalismo econômico, o ministro Paulo Guedes foi nomeado, estabelecendo uma conexão com setores financeiros e produtivos, como o agronegócio, que buscavam reformas impulsionadas pelo mercado, com pouca intervenção estatal em sua atuação e pouca preocupação com o meio ambiente. Os militares também possuíam papel relevante na coalizão, simbolizando a tônica autoritária do governo, e tiveram impacto na burocracia na medida em que houve um grande salto no número de militares indicados nos órgãos da administração, inclusive na área ambiental. Os ultraconservadores, como os olavistas e setores evangélicos, também formaram a coalizão, endossando pautas moralistas e muitas vezes conspiratórias, como o anti-globalismo e a ideologia de gênero (Peci, 2021). Essas pautas moralistas estiveram presentes em diversas falas, tanto do presidente, quanto de ministros em eventos importantes na política ambiental. Um exemplo disso é o ex-ministro Ernesto Araújo,

que afirmou que as mudanças climáticas eram conspirações marxistas, alegando que a justiça social já havia sido utilizada como pretexto para a ditadura e que o mesmo estava ocorrendo com a questão climática (Bulla, 2019).

Cabe ressaltar que o ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles, que atuou no governo Jair Bolsonaro, tinha forte ligação tanto com setores olavistas, numa retórica conspiratória e moralista, quanto com setores mais ligados ao liberalismo de mercado, propondo uma menor atuação do Estado inclusive na regulação ambiental.

De acordo com Capelari et al(2020), o governo Bolsonaro representou um momento no qual Desenvolvimentistas Tradicionais conquistaram espaço importante no governo:

Com a ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente, a coalizão dos Desenvolvimentistas Tradicionais passou a ocupar espaços estratégicos nos setores da economia e da política ambiental do governo federal, para iniciar uma fase que já pode ser caracterizada como um dos desmantelamentos mais explícitos da história da política ambiental federal brasileira, aumentando as tensões com especialistas, opinião pública e movimentos ambientalistas(p.1697).

A chegada desse grupo ao poder provocou uma transformação significativa no subsistema de políticas ambientais do Brasil, algo que não havia sido visto desde a redemocratização. Essa mudança foi marcada pelo "desmantelamento das práticas de aprendizado, negociação, participação da sociedade civil, acesso à informação científica e consulta a especialistas" (Capelari et al., 2020, p. 1703). Como resultado, houve um isolamento do Brasil nas discussões internacionais, um forte aumento nas taxas de desmatamento (Menezes; Barbosa, 2021) e crescimento da criminalidade ambiental.

A ascensão dessas novas direitas e de Jair Bolsonaro surtiu efeito no Brasil inteiro, na medida em que diversos políticos, tanto no executivo, quanto no legislativo, foram eleitos na onda do bolsonarismo. Essa tendência política provocou uma transformação significativa na política do país, com um aumento expressivo de representantes alinhados com a agenda e os ideais defendidos por Bolsonaro. Essa influência foi notável nos governos estaduais da Amazônia Legal, entre os anos de 2019 e 2022, haja vista a eleição de diversos governadores declaradamente bolsonaristas.

É importante destacar que, em consonância com o governo federal, observou-se uma tendência de desmantelamento das políticas ambientais de fiscalização em nível estadual em muitos estados da Amazônia Legal no período analisado, incluindo o Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Maranhão (Pereira et. al, 2022).

3. METODOLOGIA

3.1. Descrição do Objeto de Pesquisa

A categoria Amazônia Legal foi estabelecida em 1953 com o objetivo de formular estratégias para impulsionar o crescimento econômico na região Amazônica, uma vez que os estados dessa área enfrentam desafios similares. Com o passar do tempo, os limites da região foram ajustados, abrangendo cerca de 60% do território nacional (Ipea, 2008).

Apesar de sua origem baseada em critérios sócio-políticos, a região desempenha um papel ecológico crucial devido à presença da bacia Amazônica e à sua rica biodiversidade, que engloba não apenas o bioma amazônico, mas também áreas de cerrado e pantanal (Ipea, 2008).

Durante o período analisado, os governadores da região adotaram diferentes orientações político-partidárias e ideológicas no tratamento das questões ambientais. Os governadores em exercício durante o período analisado foram Gladson Cameli (PP) no Acre, Waldez Góes (PDT) no Amapá, Wilson Lima (PSC) no Amazonas, Flávio Dino (PCdoB/PSB) e Carlos Brandão (PSB) no Maranhão, Mauro Mendes (DEM) em Mato Grosso, Helder Barbalho (MDB) no Pará, Marcos Rocha (PSL) em Rondônia, Antonio Denarium (PSL/PP) em Roraima e Mauro Carlesse (PHS/DEM/PSL) em Tocantins.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Com o propósito de examinar o posicionamento ideológico dos governadores dos estados da Amazônia Legal, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo a partir de informações obtidas através de pesquisa hemerográfica (análise de textos jornalísticos), que incluem discursos políticos.

Em democracias, políticas públicas são moldadas e adaptadas com base em informações públicas. Nesse contexto, é fundamental reconhecer a importância dos materiais veiculados na imprensa, uma vez que eles conferem divulgação e visibilidade aos acontecimentos políticos e sociais, como destacado por Seibel (2018). Portanto, analisar as notícias veiculadas em jornais não apenas nos permite estar cientes dos

eventos atuais, mas também nos ajuda a compreender as possíveis direções que as políticas públicas podem tomar.

Foram selecionados artigos de jornais e discursos divulgados em veículos de mídia, de grande circulação, em âmbitos regional, nacional e internacional. No processo de escolha dos jornais, foram incluídos veículos que seguem diversas linhas editoriais para reduzir o impacto de vieses de mídias específicas. Dessa forma, foram selecionados os seguintes jornais: A Pública, Abema, Acre 24hrs, Amazonas Atual, Amazônia Real, Brasil de Fato, Diário do Amapá, DW, Exame, Folha de São Paulo, Gazeta Digital, Gazeta do Acre, InfoAmazônia, Jornal de Mato Grosso, Jornal O Maranhense, Jornal O Mato Grosso, Jornal do Tocantins, JotaInfo, Metrôpoles, Notícias Uol, O Eco, O Liberal, Poder360, Rondoniagora, Roraima em Tempo, Senado Notícias e Veja.

A política ambiental compreende uma ampla gama de ações, que inclui instrumentos de comando e controle, econômicos, de cooperação e acordos voluntários e de informação (Moura, 2016). Isto posto, optou-se por restringir a pesquisa a políticas de comando e controle no escopo ambiental, que são entendidas como:

A regulação ambiental com o uso de instrumentos de C&C busca direcionar o comportamento da sociedade e dos agentes econômicos por meio de permissões ou proibições previamente estabelecidas, baseadas em restrições legais, regulamentações ou normatizações. Estes instrumentos obrigam a uma ação definida em relação ao meio ambiente. Por isto, são coercitivos – isto é, restringem ou limitam as opções disponíveis para as diversas atividades econômicas. Geralmente, estabelecem punições ou sanções para as condutas em desacordo, o que leva à necessidade de organizar aparato fiscalizatório para seu cumprimento (Moura, 2016, p. 112)

No Brasil, os principais instrumentos de comando e controle ambiental são o licenciamento ambiental, o estabelecimento de padrões ambientais e o zoneamento ambiental (Moura, 2016).

A decisão de restringir o escopo da pesquisa às políticas de comando e controle justifica-se pelo caráter regulatório desse instrumento, aspecto que está no cerne das discussões teóricas sobre ideologia e meio ambiente. Além disso, ao focar em um instrumento específico, foi possível facilitar a operacionalização da pesquisa e garantir uma comparação mais precisa entre os governadores.

Dessa forma, durante a busca, houve aplicação das seguintes palavras-chave: fiscalização, regulação, meio ambiente, multas, comando e controle, desmatamento e

queimadas. Além das palavras-chave listadas, as buscas incluíram os nomes dos governadores dos estados da Amazônia Legal.

No total, foram selecionados 143 documentos para compor a amostra, quantidade adequada para proporcionar uma base sólida de análise e permitir a identificação de padrões, tendências e divergências nas políticas ambientais adotadas pelos governadores. O recorte temporal da pesquisa concentra-se nos governos da Amazônia Legal no período de 2019 a 2022. No entanto, também foram considerados materiais publicados pouco antes ou pouco depois dos mandatos, desde que estivessem diretamente relacionados à temática da pesquisa, proporcionando uma visão mais completa do contexto.

Com o objetivo de classificar o posicionamento ideológico ambiental dos governos, foram realizados testes específicos, fundamentados na literatura científica. Cada ideologia (populismo, direita e esquerda) foi desmembrada em categorias, que geraram testes baseados em características distintivas de cada uma. Dessa maneira, governos populistas foram classificados a partir de manifestações que expressam polarização, desenvolvimentismo, ceticismo e teorias conspiratórias. No caso dos governos de direita, foram enquadradas manifestações com defesa de menor regulação ambiental e promoção de direitos individuais. No âmbito da esquerda, foi testada a presença de manifestações de defesa de maior regulação ambiental e promoção de direitos sociais.

Populismo

Quadro 1 -Manifestações Populistas na Política de Comando e Controle Ambiental.

Teste	Categoria	Descrição
Líder adota discurso cético em relação a crises ambientais.	Ceticismo	Foram classificados na categoria "Ceticismo" trechos de falas e análises que indicam ceticismo em relação a crises ambientais ou à existência de possíveis infrações ambientais. Essas podem incluir distorção de dados, apontando para a negação da influência humana nas mudanças climáticas; questionamento da degradação de ecossistemas e perda de biodiversidade; descrédito ou questionamento dados oficiais e consensos internacionais; minimização da

		influência de atividades humanas em crises ambientais.
O líder utiliza um discurso que vincula as atividades de controle e fiscalização com as ações e interesses das chamadas "minorias", da elite (opondo-se ao que ele considera o "verdadeiro povo") e do establishment (deep state), com o objetivo de criar uma polarização em torno dessas ações.	Polarização	Foram classificados na categoria "Polarização" análises e falas que demonstram a construção de narrativas a partir de pelo menos dois polos, que são colocados de forma antagônica e em conflito no contexto da fiscalização ambiental.
O líder apresenta teorias da conspiração em seus discursos como forma de justificar os fenômenos socioambientais e desresponsabilizar sua base de apoio.	Conspiração	Foram classificados na categoria "Conspiração" conteúdos nos quais crises ambientais foram atribuídas a ações secretas e mal-intencionadas de determinados atores, quando, na realidade, essas pessoas estariam trabalhando para proteger o meio ambiente.
O líder defende em seu discurso o "descontrole" ambiental como forma de produzir desenvolvimento socioeconômico	Desenvolvimentismo	Foram classificados na categoria "Desenvolvimentismo" análises ou discurso que indicaram, de maneira explícita ou implícita, que ações voltadas à preservação do meio ambiente teriam efeitos muito deletérios à economia. Essa comunicação também ocorre a partir da defesa de menor regulação para a promoção de projetos desenvolvimentistas

Fonte: adaptação de Pereira et. al (2022).

Quadro 2 - Manifestações de Esquerda na Política de Comando e Controle Ambiental.

Teste	Categoria	Descrição
Líder defende atuação mais rigorosa do Estado na gestão ambiental, sobretudo por meio de fiscalização.	Forte Regulação	Foram classificadas na categoria "forte regulação" análises ou falas que indicam que o político enfatiza a necessidade de um papel ativo do Estado na fiscalização e no cumprimento das leis ambientais, com a atuação de agências governamentais e a aplicação de punições a infratores.

O líder defende que políticas ambientais devem promover direitos sociais e dá ênfase à justiça em termos coletivos.	Promoção de Direitos Sociais	Foram classificadas na categoria “promoção de direitos sociais” análises ou falas que indicam que o político adota uma concepção de justiça com maior ênfase na coletividade. Essa abordagem considera a política ambiental como ferramenta para promoção do acesso igualitário a um ambiente saudável e sustentável a todos os membros da sociedade. Essa perspectiva também busca eliminar desigualdades socioambientais e considera a proteção ambiental como necessária para satisfazer necessidades coletivas, considerando futuras gerações.
---	------------------------------	--

Fonte: elaboração própria, baseada na obra de Haring, Jagers e Matti (2017).

Quadro 3 - Manifestações de Direita na Política de Comando e Controle Ambiental.

Teste	Categoria	Descrição
Líder defende a redução da presença do Estado na gestão ambiental.	Menor Regulação	Foram classificadas na categoria “menor regulação” análises e falas que indicam que o político propõe menor atuação do Estado na regulação ambiental. Isso pode ocorrer por meio de propostas de redução da burocracia, flexibilização das regulamentações ambientais e promoção de iniciativas de autogestão.
O líder defende que políticas ambientais devem promover direitos individuais.	Promoção de Direitos Individuais	Foram classificadas na categoria “promoção de direitos individuais” análises e falas que indicam que o político promove uma concepção de justiça com ênfase no indivíduo. Essa abordagem pode ser orientada por princípios relacionados a liberdades individuais, defesa da propriedade privada e promoção de incentivos econômicos individuais.

Fonte: elaboração própria, baseada na obra de Haring, Jagers e Matti (2017).

Além da categorização dos governos estaduais por meio dos códigos, foi feita uma análise das informações, considerando atributos específicos de governos e estados, com objetivo de construir um panorama mais completo. Os atributos levantados foram: filiação partidária; orientação ideológica do partido; e participação da agricultura no PIB estadual. A partir do cruzamento desses dados com os resultados das codificações,

foram identificadas correlações e padrões entre os diferentes governos estaduais, e foram testadas duas hipóteses.

Partidos políticos possuem plataformas e ideologias expressas. Ao se filiar a um partido, um político assume um compromisso com a agenda partidária e seus valores ideológicos. Diante disso, é plausível supor que as manifestações ideológicas ambientais possam coincidir com a orientação ideológica partidária. Portanto, a primeira hipótese (H1) afirma que as manifestações ideológicas ambientais dos governadores coincidem com a orientação ideológica partidária.

O governo federal, entre os anos de 2019 e 2022 foi caracterizado como populista de direita e antiambientalista, resultando em um desmonte da política ambiental. Como diversos governos dos estados da Amazônia Legal se alinharam ao governo federal, a segunda hipótese busca compreender se esse alinhamento se traduziu em uma convergência ideológica na esfera da política ambiental. Nesse sentido, foi testada a seguinte afirmação (H2): Os governos estaduais que se alinharam com o governo federal, no período de 2019-2022, tendem a adotar posturas populistas de direita em relação às questões ambientais.

Fatores econômicos também podem desempenhar um papel no posicionamento ideológico, e questões econômicas são frequentemente mobilizadas em discursos relacionados ao meio ambiente, especialmente em governos desenvolvimentistas, que buscam reduzir a rigidez das políticas ambientais. Portanto, a terceira hipótese (H3) afirma que quanto mais relevante for o agronegócio para a economia estadual, maior será a presença de discursos que defendem a flexibilização e o afrouxamento das políticas de fiscalização.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados e discussões do estudo de caso comparativo sobre as ideologias na política ambiental dos estados da Amazônia Legal. Primeiramente, será fornecido um panorama abrangente da codificação, seguido pela classificação dos casos e, por fim, serão conduzidos os testes das hipóteses.

4.1 Panorama Geral da Codificação

Na tabela 1, verifica-se o número de codificações por Unidade da Federação:

Tabela 1- Número de Referências Codificadas por Unidade da Federação

³ Estado	Códigos	Referências
AC	10	135
AP	4	11
AM	9	71
MA	3	11
MT	3	29
PA	8	37
RO	8	153
RR	11	199
TO	8	17

Fonte: elaboração própria.

Há uma assimetria significativa no número de menções recebidas por cada governador. Especificamente, os governadores Gladson Cameli (PP/AC), Marcos Rocha (UNIÃO/RO) e Antonio Denarium (PP/RR), que fizeram declarações polêmicas, obtiveram uma visibilidade maior nas notícias.

Além disso, é evidente a escassez de notícias e propostas provenientes dos estados de Tocantins e Maranhão, regiões que possuem uma baixa quantidade de florestas remanescentes. Em relação a Tocantins, há poucas informações sobre políticas ambientais em geral. No caso do Maranhão, a maior parte dos materiais veiculados na

³ Os códigos compreendem as categorias apresentadas nos livros de códigos, já as referências dizem respeito à quantidade de frases codificadas.

mídia relacionados ao meio ambiente está direcionada para conflitos fundiários, havendo uma carência de notícias que tratem especificamente de estratégias de comando e controle ambiental.

Na figura 1, é possível visualizar a estrutura hierárquica dos códigos. Essa representação gráfica exibe a distribuição proporcional da codificação gerada a partir da análise dos documentos.

Figura 1 - Estrutura Hierárquica dos Códigos



Fonte: elaboração própria.

Ao observar a estrutura hierárquica dos códigos gerados, são identificados três aspectos de destaque. Primeiramente, chama a atenção a força expressiva da direita no panorama geral. Além disso, destaca-se a ênfase dada à categoria do desenvolvimentismo no contexto do populismo. Por fim, há uma ausência da defesa da promoção de direitos sociais entre as manifestações que se enquadram no espectro da esquerda.

Existe uma presença predominante das ideologias de direita no panorama geral. No entanto, é fundamental destacar que os estados com maior quantidade de materiais veiculados na mídia (Acre, Rondônia e Roraima) impulsionaram consideravelmente a força dessa ideologia na análise, representando 52,89% do total das frases codificadas na categoria. Como ressaltado anteriormente, esses governadores se destacam não

apenas pela quantidade, mas também pela natureza polêmica das declarações veiculadas nos meios de comunicação.

Dentro das categorias que compõem o populismo, observa-se uma significativa presença de discursos desenvolvimentistas. No entanto, apenas o desenvolvimentismo em si não é um elemento central do populismo, pois pode ser adotado por governos de diferentes orientações ideológicas, tanto de direita quanto de esquerda, que não são necessariamente populistas. Portanto, é importante ressaltar que casos nos quais o desenvolvimentismo é a única manifestação recorrente de populismo não foram classificados como populistas. Em conformidade com o conceito de Mudde (2004) e com as manifestações do populismo na política ambiental, foram considerados populistas aqueles que apresentam, de maneira significativa, pelo menos uma das demais características da classificação.

Também é notável a escassez de declarações classificadas como céticas ou conspiratórias. Apenas o estado de Roraima apresentou ceticismo, enquanto Roraima e Rondônia demonstraram ceticismo e conspiracionismo. No entanto, é importante ressaltar que, dentre as codificações desses estados, essas duas categorias não possuem uma presença tão expressiva.

É destacável, especialmente nas notícias veiculadas em jornais, a ausência de menções à promoção de direitos sociais como um fator relevante nas políticas de comando e controle. Embora haja propostas de promoção de direitos sociais nos planos de governo, elas não estão diretamente vinculadas às políticas de comando e controle ambiental. Esse cenário pode ser reflexo do crescente predomínio de uma visão neoconservacionista entre esses atores, que prioriza o âmbito natural nas questões relacionadas à política ambiental.

4.2 Classificação dos Estados

A tabela 2 ilustra o percentual de codificação de cada estado dentro das três ideologias analisadas, direita, esquerda e populismo

Tabela 2 - Classificação Ideológica dos Governos Estaduais⁴

Estado	Direita	Esquerda	Populismo
AC	54,17%	8,33%	37,5%
AP	0%	100%	0
AM	46,43%	32,14%	21,43%
MA	0%	100%	0
MT	0%	100%	0
PA	33,33%	60%	6,67%
RO	72,92%	0%	27,08%
RR	67,24%	1,72%	31,03%
TO	60%	20%	20%

Fonte: elaboração própria.

Ao analisar especificamente os governos estaduais, é possível observar uma variedade de orientações políticas, abrangendo governos de direita, tanto populistas quanto não populistas; governos de esquerda não populistas; e governos nos quais as categorias de direita e de esquerda têm presença relevante.

Dentre os governos classificados como de direita, há os estados do Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins. Enquanto os três primeiros são caracterizados como populistas, o último se difere por adotar uma abordagem não populistas.

Gladson Cameli (PP), governador eleito do Acre durante o período em análise, assumiu o cargo com a intenção de impulsionar o agronegócio no estado e romper com a abordagem da florestania, que tinha proximidade com ambientalistas e norteou a política ambiental de governos de esquerda por mais de 20 anos no estado. Suas declarações populistas de direita ganharam destaque na mídia e visavam enfraquecer a fiscalização ambiental. Uma das afirmações mais controversas de Cameli foi quando ele encorajou fazendeiros a não pagarem multas, argumentando que ele que mandava no estado. Com declarações como essa, o governador antagonizou as instituições fiscalizadoras e promoveu posições desenvolvimentistas e que promoviam direitos individuais.

O governador de Rondônia, Coronel Marcos Rocha (UNIÃO/RO), adotou discursos populistas de direita e implementou políticas públicas que visavam enfraquecer a regulação ambiental. Entre suas principais medidas, destaca-se a lei que proibia a destruição de equipamentos em operações ambientais. Sua abordagem na

⁴Os casos foram classificados nas categorias principais (Direita, Esquerda e Populismo) quando apresentaram uma taxa de categorização superior a 20% nas respectivas classes consideradas.

política ambiental concentra-se principalmente em ações de prevenção e conscientização, de caráter vago. Como resultado, durante seu mandato, houve uma notável expansão da ilegalidade e um aumento significativo do desmatamento no estado.

No contexto de Roraima, merece destaque o apoio do governador Antonio Denarium (PP/RR) ao garimpo, bem como a sanção de duas leis que foram consideradas inconstitucionais, que tinham como objetivo promover o garimpo e enfraquecer a fiscalização ambiental. A primeira, datada de 2021, permitia o garimpo no estado, inclusive com o uso de mercúrio. A segunda apresentava semelhanças com a medida adotada em Rondônia, proibindo a destruição de equipamentos apreendidos em operações ambientais.:

Em 2022, o MPF acionou a PGR contra uma lei sancionada por Denarium que proibia a destruição do maquinário apreendido em operações ambientais no estado. O órgão alegou que a lei era inconstitucional porque "tentava esvaziar os instrumentos de fiscalização ambiental previstos na legislação federal". A PGR entrou com uma ação no STF argumentando a inconstitucionalidade da lei. A norma estadual foi suspensa pelo ministro Luís Roberto Barroso. O ministro também argumentou que a lei violava o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (UOL NOTÍCIAS, 2023)

É importante destacar que ao longo de seu mandato, tornou-se evidente a crise sanitária e humanitária enfrentada pelos Yanomami em seu estado. Embora a gestão dos territórios indígenas não seja de responsabilidade estadual, as declarações e medidas adotadas pelo governador, como o incentivo ao garimpo e as tentativas de enfraquecer a regulação ambiental, podem ter contribuído para o agravamento dos conflitos entre indígenas e garimpeiros.

No estado de Tocantins, foi evidente a ênfase dada à desburocratização da regulação ambiental. Poucas menções foram feitas sobre a necessidade de ampliar a fiscalização, porém, houve um destaque na importância de tornar mais eficientes os processos regulatórios. Uma medida polêmica adotada pelo governador foi a tentativa de facilitar o licenciamento ambiental por meio de autodeclaração em casos específicos, no entanto, essa medida foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Há poucas informações sobre a política ambiental em Tocantins. Durante o período em questão, o estado enfrentou crises políticas que resultaram na renúncia de Mauro Carlesse (UNIÃO/TO) do cargo de governador, atraindo grande atenção da mídia, em detrimento de notícias relacionadas ao meio ambiente.

Quase todos os governos estaduais, com exceção de Rondônia, expressaram, em diferentes graus, reconhecimento da importância de fortalecer a fiscalização ambiental. No entanto, apenas os governos do Amapá, Mato Grosso e Maranhão foram classificados na categoria de esquerda em relação às políticas ambientais. É destacável o fato de que todas as manifestações encontradas na mídia sobre as posturas dos governadores de Mato Grosso e Maranhão enfatizaram a necessidade de promover uma regulação ambiental mais robusta no estado. Além disso, como mencionado anteriormente, houve poucas referências à promoção dos direitos sociais por parte dos governadores enquadrados nessa categoria.

Nos documentos analisados, foi observado que os governadores do Amapá e Maranhão, Waldez Góes (PDT/AM) e Flávio Dino (PSB/MA), respectivamente, destacaram a necessidade de intensificar a fiscalização ambiental e criticaram a decisão do governo federal de excluir os governadores do Conselho da Amazônia, considerando-a um retrocesso.

A cobertura midiática sobre o estado do Maranhão foi limitada, com poucas notícias disponíveis. Parte das informações encontradas estava relacionada à atuação de Flávio Dino (PSB/MA) como presidente do Consórcio Amazônia Legal, o que lhes conferia um caráter coletivo. Em suas declarações individuais, o governador enfatizou a importância de fortalecer a fiscalização ambiental e ressaltou a necessidade de cumprir a legislação ambiental.

Dentre os governos enquadrados nesta categoria, Mato Grosso ganhou mais destaque na mídia, haja vista suas falas e propostas controversas. O governador Mauro Mendes (UNIÃO/MT) deu muita ênfase a seu projeto de tolerância zero à criminalidade ambiental, que buscava intensificar a fiscalização e aplicação de multas para infratores. Ganhou evidência uma fala do político que propunha o confisco de terras para quem não cumprisse a legislação ambiental. Essa manifestação rendeu muita repercussão e foi vista de maneira negativa, inclusive por aliados.

Dois governos, o do Amazonas e o do Pará, adotaram posicionamentos variados na política ambiental, que oscilam entre a esquerda e a direita. De maneira geral, os governadores Wilson Lima (UNIÃO/AM) e Helder Barbalho (MDB/PA) defenderam desburocratização dos órgãos regulatórios e, em suas falas, expressam uma perspectiva desenvolvimentista. Contudo, também reconhecem a importância de fortalecer a fiscalização ambiental.

4.3 Teste das Hipóteses

Finalmente, os dados da codificação foram cruzados com atributos específicos de cada governo estadual, com objetivo de subsidiar achados e testar as hipóteses da pesquisa. Por meio do cruzamento de informações, buscou-se achar padrões e correlações entre ideologia política ambiental e atributos políticos, partidários, governamentais e econômicos.

Quadro 4 - Atributos dos Governos Estaduais

Estado	Partido Político	Orientação Ideológica do Partido ⁵	Alinhamento Governamental com o Governo Federal⁶	Participação do agronegócio no PIB estadual⁷
AC	PP	Direita	Convergente	Baixa
AP	PDT	Centro esquerda	Divergente	Baixa
AM	PSC/UNIÃO	Direita	Convergente	Baixa
MA	PCdoB/PSB	Esquerda/centro esquerda	Divergente	Média
MT	DEM/UNIÃO	Extrema direita/Direita	Convergente	Alta
PA	MDB	Direita	Divergente	Média
RO	PSL/UNIÃO	Direita	Convergente	Alta
RR	PSL/PP	Direita	Convergente	Baixa
TO	DEM/PSL/UNIÃO/Agir/PODE/Republicanos	Extrema direita/Direita	Convergente	Alta

Fonte: elaboração própria.

Teste da H1: as manifestações ideológicas ambientais coincidem com a orientação ideológica partidária.

⁵ Para classificar a ideologia dos partidos foi utilizada a métrica de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022)

⁶ Para mensurar o alinhamento governamental foi avaliado o apoio ao governo federal no contexto da eleição de 2022

⁷ A categorização adotada considera a participação baixa quando é inferior a 5%, média quando está entre 5% e 15%, e alta quando ultrapassa 15%. Os dados foram obtidos a partir de informações de secretarias estaduais.

Quadro 5 - Teste da Hipótese 1

Estado	Manifestações Ideológicas Ambientais	Orientação Ideológica Partidária
AC	Direita	Direita (populista)
AP	Centro-esquerda	Esquerda
AM	Direita	Direita/Esquerda
MA	Esquerda/centro-esquerda	Esquerda
MT	Direita	Esquerda
PA	Direita	Direita/Esquerda
RO	Direita	Direita (populista)
RR	Direita	Direita (populista)
TO	Extrema-direita/Direita	Direita

Fonte: elaboração própria.

Ao contrário de outros sistemas eleitorais, no Brasil, não existem classificações de partidos como populistas. Portanto, para analisar essa hipótese, utilizou-se a classificação ideológica proposta por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022), que se baseia na dicotomia esquerda/direita.

Em geral, as posições ideológicas relacionadas à política ambiental se alinham com as ideologias partidárias, o que confirma a hipótese 1. Notou-se uma maior predominância de partidos de orientação política de direita, cujas posições refletiam uma abordagem de direita em relação às questões ambientais. Esse cenário confirma a tendência discutida na literatura, na qual governos de esquerda tendem a buscar uma maior regulação e a promoção de direitos sociais, enquanto governos de direita costumam defender uma menor regulação e priorizar a promoção de direitos individuais. No entanto, um caso específico divergiu desse padrão no estudo.

Chama atenção o governo do Mato Grosso, cuja ideologia partidária é associada à direita ou extrema-direita (ocorreu mudança de partido durante o governo). Apesar dessa orientação política e da sua convergência com o governo federal, a administração estadual adotou uma postura favorável à promoção de uma maior regulação ambiental. Tendo em vista que o Mato Grosso é o principal estado do agronegócio no Brasil, o governo local enfatizou a importância de melhorar a imagem desse setor, pois uma

visão de que o agronegócio é prejudicial ao meio ambiente poderia afetá-lo negativamente.

Teste da H2: governos estaduais que se alinharam com o governo federal, no período de 2019-2022, tendem a adotar posturas populistas de direita na governança ambiental.

Entre os governos estaduais apoiadores do governo federal (AC, AM, MT, RO, RR e TO), há uma afinidade na medida em que quase todos, exceto Mato Grosso, compartilham perspectivas de direita em relação à política ambiental. No entanto, verificou-se que apenas metade desses governos (AC, RO e RR), durante esse período, adotou abordagens populistas de direita na política ambiental.

É importante ressaltar que, no geral, os governos estaduais populistas de direita adotaram uma forma distinta de populismo em comparação com a postura adotada por Bolsonaro, que é caracterizada pelo ceticismo e pela disseminação de teorias conspiratórias sobre questões climáticas e ambientais. Esses governos priorizaram a promoção dos direitos individuais, o desenvolvimentismo e a polarização como abordagens principais.

Portanto, a segunda hipótese foi refutada, uma vez que o alinhamento ideológico dos governos aliados de Bolsonaro na política ambiental foi limitado. Em relação à dicotomia direita/esquerda, houve sinergia, mas o populismo se manifestou em apenas parte dos casos, e de maneira distinta em relação ao governo federal.

Teste da H3: quanto maior a relevância do agronegócio na economia estadual, maior a presença de discursos de flexibilização e afrouxamento das políticas de fiscalização.

Na região da Amazônia Legal, apenas dois estados, Mato Grosso e Pará, são reconhecidos como grandes produtores do agronegócio no Brasil. Embora o Pará não tenha uma participação alta do setor no PIB, o estado está entre os 10 maiores produtores do agronegócio no país, segundo o MAPA (2023). Essa posição é impulsionada pelo tamanho do estado e pela relevância da pecuária bovina, produção de soja e mandioca na região. Um aspecto interessante a ser destacado é que os governos

desses dois estados se manifestaram a respeito da importância de melhorar a imagem do agronegócio através do reforço da fiscalização ambiental.

Além disso, é interessante observar que, mesmo em casos em que o agronegócio não possui uma participação significativa no PIB, como no Acre, os governos de direita enfatizam a promoção desse setor como impulsionador do desenvolvimento. Nesse contexto, os líderes populistas de direita também destacam o agronegócio como motor do crescimento e buscam reduzir a fiscalização para fomentar esse projeto.

Dado o exposto, a terceira hipótese foi refutada, haja vista que os principais estados do agronegócio na região têm posições favoráveis ao fortalecimento da fiscalização. Por outro lado, há estados, sobretudo os populistas de direita, que apresentam o agronegócio como motor para o desenvolvimento, e consideram a fiscalização ambiental como impasse para tal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia é um importante fator para compreender posicionamento de políticos em relação à política ambiental. Nesse sentido, reconhecendo a importância de governos estaduais para a governança ambiental, buscou-se compreender como a ideologia política se manifestou na política ambiental nos estados da Amazônia Legal no período de 2019 a 2022.

Os objetivos do estudo foram alcançados por meio das seguintes atividades: revisão dos principais estudos sobre a relação entre ideologia e meio ambiente; contextualização histórica da questão ambiental na política brasileira; mapeamento ideológico e classificação dos governos estaduais da Amazônia Legal durante o período de 2019 a 2022, levando em consideração as características específicas de cada estado.

Nesse sentido, foi constatada a presença de diferentes manifestações ideológicas nos casos estudados. Os governos do Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins foram classificados no espectro da direita, enquanto os estados do Amapá, Maranhão e Mato Grosso foram identificados como representantes da esquerda. Já os estados do Amazonas e Pará apresentaram uma combinação de elementos dos dois lados do espectro ideológico. Além disso, observou-se a manifestação do populismo nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

O estudo apresenta três hipóteses, das quais a primeira afirmava que as manifestações ideológicas ambientais estariam alinhadas com a orientação ideológica partidária. Essa hipótese foi confirmada, com exceção de um caso (MT). Grande parte dos estados eram de direita, na orientação partidária, tendência que foi confirmada na política ambiental. Uma quantidade menor de estados era de esquerda, e seguiu tendências de esquerda na questão ambiental.

A segunda hipótese afirmava que os governos estaduais alinhados com o governo federal durante o período de 2019 a 2022 tenderiam a adotar posturas populistas de direita em relação às questões ambientais. Essa hipótese foi refutada, pois houve um alinhamento limitado por parte dos governos aliados, com a maioria deles manifestando ideologias de direita (exceto novamente MT), mas apenas a metade apresentou características populistas. Além disso, o tipo de populismo presente nos governos estaduais foi diferente do populismo do governo federal. Enquanto o governo Bolsonaro endossava teorias conspiratórias e apresentava ceticismo em suas declarações

e políticas, os governos estaduais não apresentaram de maneira relevante essas características. Eles deram maior ênfase à polarização e ao desenvolvimentismo.

A terceira hipótese buscou testar o impacto de questões econômicas, mais especificamente do agronegócio, na ideologia política ambiental, afirmando que estados com maior presença do agronegócio seriam mais favoráveis à flexibilização da fiscalização. Foi observado que os principais estados do agronegócio na região da Amazônia Legal expressaram posições divergentes em relação à hipótese, defendendo a necessidade de melhorar a imagem do setor, que muitas vezes é percebido como prejudicial ao meio ambiente. Eles ressaltaram que essa percepção negativa poderia acarretar consequências econômicas significativas. Por outro lado, governos populistas e com pouca participação do agronegócio no PIB apresentaram reivindicações antiambientalistas em prol do agronegócio.

Como limitação para a pesquisa, foi constatada uma assimetria em relação à quantidade dos dados referentes a cada estado, com maior disponibilidade de materiais referentes a estados em que os governadores proferiram falas polêmicas.

Em face do exposto, a pesquisa buscou ampliar o conhecimento acerca das manifestações ideológicas na governança ambiental no Brasil, considerando governos estaduais e novos fenômenos ideológicos. Além disso, espera-se que o trabalho contribua para a compreensão das políticas empreendidas pelos governadores dos estados da Amazônia Legal, no período estudado.

Partindo do pressuposto de que nenhum conhecimento é finito, é recomendável a realização de estudos similares em diferentes períodos, com atualizações necessárias. Além disso, é importante aperfeiçoar o debate acadêmico por meio de estudos de casos aprofundados sobre a política ambiental de governos estaduais, a fim de identificar o impacto de outras variáveis, como questões econômicas, e quantificar a influência da ideologia política em outros instrumentos da política ambiental. Dessa forma, será possível obter uma compreensão mais detalhada do tema.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEMA. IMPRENSA. **Pará alcança redução de 12% em área recoberta por alertas de desmatamento.** Disponível em: <<https://www.abema.org.br/noticias/802-para-alcanca-reducao-de-12-em-area-recoberta-por-alertas-de-desmatamento>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ACSELRAD, H. et al. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

A GAZETA DO ACRE. **Deputado pede que Gladson Cameli resolva multas de produtores por queimadas e desmatamento** - Jornal A Gazeta do Acre. Disponível em: <<https://agazetadoacre.com/2019/09/flash/deputado-pede-que-gladson-cameli-resolva-multas-de-produtores-por-queimadas-e-desmatamento/>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

AGÊNCIA PARÁ. **Governo do Pará aumenta rigor na fiscalização ambiental.** Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/39959/governo-do-para-aumenta-rigor-na-fiscalizac-ao-ambiental>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

AGRO, C. **Agronegócio: veja os 10 principais Estados produtores do Brasil.** Disponível em: <<https://summitagro.estadao.com.br/comercio-exterior/agronegocio-veja-os-10-principais-estados-produtores-do-brasil/>>. Acesso em: 10 jul. 2023

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro.** Novos Estudos - CEBRAP, n. 79, p. 151–167, 1 nov. 2007.

AMAZONAS (IPAAM), I. DE P. A. DO. **Wilson Lima estende poder de fiscalização ambiental a instituições de segurança pública.** Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/wilson-lima-estende-poder-de-fiscalizacao-ambiental-a-instituicoes-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

AMAZONAS ATUAL. **Estados de governadores bolsonaristas têm queimadas sem precedentes.** Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/estados-de-governadores-bolsonaristas-tem-queimadas-sem-precedentes/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

AMBROSIO, N. **Wilson Lima é reeleito e deve liberar garimpo no Amazonas.** Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/wilson-lima-reeleito-deve-liberar-garimpo/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

Após recordes de destruição da floresta, Amazonas inaugura Centro de Monitoramento Ambiental. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/11/22/apos-recordes-de-destruicao-da-floresta-amazonas-inaugura-centro-de-monitoramento-ambiental.ghtml>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

AUDI, A. **Acre tem um terço de florestas na mira de grileiros e caminha para “rondonização”.** Disponível em: <<https://apublica.org/2022/09/acre-tem-um-terco-de-florestas-na-mira-de-grileiros-e-caminha-para-rondonizacao/>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

ÁVILA, C. **Amazônia Real. Roraima: os conservadores cobiçam as jazidas minerais.** Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/eleicao-em-roraima/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL DE FATO. **Ribeirinhos do Manicoré enfrentam grileiros, fogo, garimpo e até o governador do AM.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/23/ribeirinhos-do-manicore-enfrentam-grileiros-fogo-garimpo-e-ate-o-governador-do-am>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. **Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros.** Dados, v. 66, n. 2, 2023.

BULLA, Beatriz. **Governo Bolsonaro: Araújo critica “climatismo” e diz que “justiça social” é pretexto para ditadura.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/09/12/araujo-critica-climatismo-e-diz-que-justica-social-e-pretexto-para-ditadura.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CAPELARI, M. G. M. et al. **Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira.** Revista de Administração Pública, v. 54, n. 6, p. 1691–1710, dez. 2020.

CASTELLS, Manoel. **RUPTURA: A CRISE DA DEMOCRACIA.** São Paulo: Zahar, 2018. 152 p. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo.

COSTA, F. AmazoniaReal. **Rondônia: “A floresta vai acabar”, alerta líder Karipuna.** Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/eleicao-em-rondonia/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

DIÁRIO DO AMAPÁ. **Governadores da Amazônia Legal e setor empresarial defendem pacto pela agenda ambiental.** Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/governadores-da-amazonia-legal-e-setor-empresarial-defendem-pacto-pela-agenda-ambiental/>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DIÁRIO DO AMAPÁ. **Para Waldez Góes, não incluir governadores no Conselho da Amazônia é retrocesso.** Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/para-waldez-goes-nao-incluir-governadores-no-conselho-da-amazonia-e-retrocesso/>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DIÁRIO DO AMAPÁ. **Waldez reitera apoio ao Consórcio Brasil Verde durante Fórum Nacional de Governadores.** Disponível em:

<<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/waldez-reitera-apoio-ao-consorcio-brasil-verde-durante-forum-nacional-de-governadores/>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DW. Berço do “governo da floresta”, Acre se volta para o agro – DW – 13/10/2022. Disponível

em:<<https://www.dw.com/pt-br/ber%C3%A7o-do-governo-da-floresta-acre-se-volta-para-o-agro/a-63423027>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

EXAME. Indígenas “não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho”, diz governador de Roraima. Disponível em:<<https://exame.com/brasil/indigenas-nao-podem-mais-ficar-no-meio-da-mata-parecendo-bicho-diz-governador-de-roraima/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FERREIRA, J. Roraima em Tempo. Denarium sofre derrota, e lei que autoriza garimpo é derrubada pelo STF. Disponível em:<<https://roraimaemtempo.com.br/politica/antonio-denarium-sofre-derrota-no-stf/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FERRO, M. Governador do Maranhão critica eventual mudança na legislação ambiental. Disponível em:<<https://www.poder360.com.br/governo/governador-do-maranhao-critica-eventual-mudanca-na-legislacao-ambiental/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FIORINO, D; Climate change and right-wing populism in the United States, Environmental Politics, 2022.

FOLHA DE S. PAULO. 30 anos após demarcação, terra Yanomami vê crescimento de garimpo e destruição. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/30-apos-demarcacao-terra-yanomami-ve-crescimento-de-garimpo-e-destruicao.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Aeronave usada para combater queimadas em Rondônia foi adquirida com recursos do Fundo Amazônia. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/aeronave-usada-para-combater-queimadas-em-rondonia-foi-adquirida-com-recursos-do-fundo-amazonia.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Após redução recorde de áreas protegidas, Assembleia de Rondônia agora extingue parque estadual. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/07/apos-reducao-recorde-de-areas-protegidas-assembleia-de-rondonia-agora-extingue-parque-estadual.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Após se reunir com infratores ambientais, Salles suspende fiscalização na reserva Chico Mendes. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/apos-se-reunir-com-infratores-ambientais-salles-suspende-fiscalizacao-na-reserva-chico-mendes.shtml>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Às vésperas da cúpula do clima, Rondônia faz redução recorde de áreas protegidas. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/04/as-vesperas-da-cupula-do-clima-rondonia-faz-reducao-recorde-de-areas-protetidas.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro diz que desmatamento é cultural no Brasil e não acabará.** Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/bolsonaro-diz-que-desmatamento-e-cultural-no-brasil-e-nao-acabara.shtml>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Com quase 80% da floresta amazônica devastada, Maranhão tem o desafio de recuperá-la.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/09/com-quase-80-da-floresta-amazonica-devastada-maranhao-tem-o-desafio-de-recupera-la.shtml>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Conservação ambiental passa por lei rigorosa, investimento social e ruptura histórica.** Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/conservacao-ambiental-passa-por-lei-rigorosa-investimento-social-e-ruptura-historica.shtml>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Garimpo ilegal promovido pelo “senador da cueca” se expande em RR, e indígenas recorrem à ONU.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/03/garimpo-ilegal-promovido-pelo-senador-da-cueca-se-expande-em-rr-e-indigenas-recorrem-a-onu.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Em meio a crise, Bolsonaro prioriza críticas a reservas indígenas em reunião com governadores da Amazônia.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-meio-a-crise-bolsonaro-prioriza-ataques-a-reservas-indigenas-em-reuniao-com-governadores-da-amazonia.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Empresários defendem agenda ambiental com governadores da Amazônia Legal.** Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/empresarios-defendem-agenda-ambiental-com-governadores-da-amazonia-legal.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Governadores da Amazônia Legal defendem dados de desmate do Inpe.** Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/governadores-da-amazonia-legal-defendem-dados-de-desmate-do-inpe.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Governador do Acre admite fiscalização frouxa e fala em “prejuízo grande” se não apoiasse Bolsonaro.** Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/governador-do-acre-admite-fiscalizacao-frouxa-e-fala-em-prejuizo-grande-se-nao-apoiasse-bolsonaro.shtml?origin=folha>>.

Acesso em: 4 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Governadores lançam plano para contornar Bolsonaro e captar R\$ 1,5 bilhão para a Amazônia.** Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/07/governadores-lancam-plano-para-co>

ntornar-bolsonaro-e-captar-r-15-bilhao-para-a-amazonia.shtml>. Acesso em: 4 jul. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Governadores lançam plano para contornar Bolsonaro e captar R\$ 1,5 bilhão para a Amazônia.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/07/governadores-lancam-plano-para-contornar-bolsonaro-e-captar-r-15-bilhao-para-a-amazonia.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Incêndios na Amazônia enchem de fumaça céu de Manaus e Porto Velho.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/incendios-na-amazonia-enchem-de-fumaca-ceu-de-manaus-e-porto-velho.shtml>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Invasores terão até 98% de desconto para regularizar terras em unidades de conservação de RO.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/invasores-terao-ate-98-de-desconto-para-regularizar-terras-em-unidades-de-conservacao-de-ro.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Mais de 90% do desmate em fazendas de soja é ilegal em Mato Grosso, aponta ICV.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/02/mais-de-90-do-desmate-em-fazendas-de-soja-e-ilegal-em-mato-grosso.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Mato Grosso decreta situação de emergência após queimadas.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/mato-grosso-decreta-situacao-de-emergencia-apos-queimadas.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **O que a Folha pensa: Terra sem lei.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/05/terra-sem-lei.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Políticas estaduais influem na alta do desmatamento, dizem especialistas.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/politicas-estaduais-influem-na-alta-do-desmatamento-dizem-especialistas.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Políticas estaduais influem na alta do desmatamento, dizem especialistas.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/politicas-estaduais-influem-na-alta-do-desmatamento-dizem-especialistas.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Rondônia ignora carta pró-Amazônia na COP27 e quer ver Lula só em 2023.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/rondonia-ignora-carta-pro-amazonia-na-cop27-e-quer-ver-lula-so-em-2023.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Rondônia proíbe destruição de equipamentos em operações ambientais.** Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/01/rondonia-proibe-destruicao-de-equipamentos-em-operacoes-ambientais.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Roraima enfrenta garimpo ilegal e avanço desordenado do agronegócio.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/09/roraima-enfrenta-garimpo-ilegal-e-avanco-desordenado-do-agronegocio.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Sem repressão, invasores loteiam e até criam canal no YouTube em floresta nacional de Rondônia.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/06/sem-repressao-invasores-loteiam-e-a-te-criam-canal-no-youtube-em-floresta-nacional-de-rondonia.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Escritório do Ibama no rio Madeira está fechado há 4 anos, desde que foi incendiado por garimpeiros.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/escritorio-do-ibama-no-rio-madeira-esta-fechado-ha-4-anos-desde-que-foi-incendiado-por-garimpeiros.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Não paguem multa ambiental, diz governador do Acre a produtores rurais.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/nao-paguem-nenhuma-multa-diz-governador-do-ac-a-produtores-rurais.shtml>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Não podemos ficar sem os recursos do Fundo Amazônia, diz governador do AM.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/nao-podemos-ficar-sem-os-recursos-do-fundo-amazonia-diz-governador-do-am.shtml>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

BERNHARD FORCHTNER. **The Far Right and the Environment : Politics, Discourse and Communication.** Abingdon, Oxon ; New York, Ny: Routledge, 2020.

G1AC. **Governador do AC diz a produtores para não pagarem multas de crimes ambientais: “Quem manda sou eu”.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/07/31/governador-do-ac-diz-a-produtores-para-nao-pagarem-multas-de-crimes-ambientais-quem-manda-sou-eu.ghtml>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

G1AP. **Amapá vai aplicar R\$ 23,8 milhões do Fundo Petrobras na prevenção e combate a queimadas.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/09/16/amapa-vai-aplicar-r-235-milhoes-do-fundo-petrobras-na-prevencao-e-combate-a-queimadas.ghtml>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

G1 PA. **"Helder Barbalho toma posse como governador do Pará e diz que não vai permitir que ilegalidade ambiental seja prática de costume".** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/01/01/helder-barbalho-toma-posse-como-governador-do-para-e-diz-que-nao-vai-permitir-que-ilegalidade-ambiental-seja-pratica-de-costume.ghtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

G1 PA. Governador do Pará, Helder (MDB) critica “fragilização de órgãos ambientais” e vê ida de Lula à COP27 como “sinalização positiva”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/11/04/governador-do-para-helder-mdb-critica-fragilizacao-de-orgaos-ambientais-e-ve-ida-de-lula-a-cop27-como-sinalizacao-positiva.ghtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

G1 PA. Helder Barbalho lança Programa de Bioeconomia da Amazônia durante COP 27 no Egito. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/11/14/helder-barbalho-faz-o-lancamento-do-programa-de-bioeconomia-da-amazonia-no-egito.ghtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

G1 PA. Mais de 2 mil hectares são embargados em operação de combate ao desmatamento ilegal no Pará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/04/11/mais-de-2-mil-hectares-sao-embargados-em-operacao-de-combate-ao-desmatamento-ilegal-no-para.ghtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

G1PA. “Quem desafiar a lei terá a força do Estado contra crimes ambientais”, diz Helder Barbalho durante posse no sudeste do Pará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/01/02/helder-barbalho-posse-maraba.ghtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

G1RR. Governador bolsonarista de Roraima sancionou duas leis pró-garimpo em meio ao avanço na crise de saúde Yanomami. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/25/governador-bolsonarista-de-roraima-sancionou-duas-leis-pro-garimpo-em-meio-ao-avanco-na-crise-de-saude-yanomami.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

G1TO. Lei prevê licença ambiental por autodeclaração para mais de 11 mil propriedades rurais com impacto “mínimo”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/07/30/lei-preve-licenca-ambiental-por-autodeclaracao-para-mais-de-11-mil-propriedades-rurais-com-impacto-minimo.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

G1RO. Coronel Marcos Rocha fala sobre administração, meio ambiente e segurança pública em entrevista ao g1 e JRO2. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2022/noticia/2022/10/17/coronel-marcos-rocha-fala-sobre-administracao-meio-ambiente-e-seguranca-publica-em-entrevista-ao-g1-e-jro2.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

G1RO. Governo de RO proíbe destruição ou inutilização de maquinários apreendidos em operações contra crimes ambientais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/01/15/governo-de-ro-proibe-destruicao-ou-inutilizacao-de-maquinarior-apreendidos-em-operacoes-contra-crimes-ambientais.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

G1RR. STF considera inconstitucional e derruba lei estadual que liberava garimpo em Roraima. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/09/15/stf-considera-inconstitucional-e-derruba-lei-estadual-que-liberava-garimpo-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GAZETA DIGITAL. **Mauro é criticado até por aliados na AL após propor confisco de terra para quem desmatar.** Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/politica-de-mt/mauro-criticado-at-por-aliados-na-al-aps-propor-confisco-de-terra-para-quem-desmatar/713915>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

HARRING, N.; JAGERS, S.; MATTI, S. **Public Support for Pro-Environmental Policy Measures: Examining the Impact of Personal Values and Ideology.** Sustainability, v. 9, n. 5, p. 679, 25 abr. 2017.

HEYWOOD, A. **Political Ideologies : an Introduction.** 6. ed. London: Palgrave, 2017.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E. **Greening Brazil : environmental activism in state and society.** Durham: Duke University Press, 2007.

IPEA. **O que é? Amazônia Legal.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28>. Acesso em: 21 ago. 2023.

JORNAL DE MATO GROSSO. **Na COP-27, Mendes propõe perda de terra para quem praticar desmatamento ilegal.** Disponível em: <<https://jornaldematogrosso.com.br/noticia/90167/na-cop-27-mendes-propoe-perda-de-terra-para-quem-praticar-desmatamento-ilegal.html>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JORNAL DE MATO GROSSO. **Operação contra desmatamento recebe reforço de soldados do Exército em MT.** Disponível em: <<https://jornaldematogrosso.com.br/noticia/39562/operacao-contradesmatamento-recebe-reforco-de-soldados-do-exercito-em-mt.html>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JORNAL O MATO GROSSO. **Em reunião, Governo de Mato Grosso apresenta estratégias de combate ao desmatamento para 2020.** Disponível em: <<https://omatogrosso.com/destaque/em-reuniao-governo-de-mato-grosso-apresenta-estrategias-de-combate-ao-desmatamento-para-2020/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JORNAL O MATO GROSSO. **Governo de Mato Grosso dobra estrutura para combater incêndios florestais.** Disponível em: <<https://jornaldematogrosso.com.br/noticia/15904/governo-de-mato-grosso-dobra-estrutura-para-combater-incendios-florestais.html>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JORNAL O MATO GROSSO. **Operação Abafa aplicou multas de R\$ 6,4 milhões em propriedades que usaram fogo irregularmente.** Disponível em: <<https://omatogrosso.com/destaque/operacao-abafa-aplicou-multas-de-r-64-milhoes-em-propriedades-que-usaram-fogo-irregularmente/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JORNAL O MATO GROSSO. **“Aqueles que apostarem na impunidade terão graves consequências”, reforça governador.** Disponível em: <<https://omatogrosso.com/destaque/aqueles-que-apostarem-na-impunidade-terao-graves-consequencias-reforca-governador/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JORNAL O MATO GROSSO. **“MT preserva 62%, mas os países ricos precisam aportar grandes recursos, e não migalhas”, afirma governador de MT.** Disponível

em:

<<https://omatogrosso.com/politica/mt-preserva-62-mas-os-paises-ricos-precisam-aportar-grandes-recursos-e-nao-migalhas-afirma-governador-de-mt/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

JOTA. Rede aciona STF contra nova lei de Roraima que ameniza punição de crimes ambientais. Disponível em:

<<https://www.jota.info/stf/do-supremo/rede-aciona-stf-contra-nova-lei-de-roraima-que-ameniza-punicao-de-crimes-ambientais-07072022>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

JYLHA, K. M.; HELLMER, K. **Right-Wing Populism and Climate Change Denial: The Roles of Exclusionary and Anti-Egalitarian Preferences, Conservative Ideology, and Antiestablishment Attitudes.** *Analyses of Social Issues and Public Policy* Volume 20, Issue 1 p. 315-335, 2020.

LEVY, B. **Acre: Bolsonaro defende agronegócio “em sintonia” com meio ambiente.** Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/e.leicoes-no-acre/>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

LOCKWOOD, M. **Right-wing populism and the climate change agenda: Exploring the linkages.** *Environmental Politics*, 27, 4, 712–732; 2018.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. I. **A third wave of autocratization is here: what is new about it?** *Democratization*, v. 26, n. 7, p. 1–19, mar. 2019.

MAGNO, R. **Pará institui Plano Estadual Amazônia Agora para desenvolvimento socioambiental e diminuição de desmatamento.** Disponível em: <<http://portal.iterpa.pa.gov.br/para-institui-plano-estadual-amazonia-agora-para-desenvolvimento-socioambiental-e-diminuicao-de-desmatamento/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MENEZES, R.G., BARBOSA Jr., R. **Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition.** *Z Vgl Polit Wiss* 15, 229–247, 2021.

METRÓPOLES. Governo de Roraima proibiu destruição de equipamentos do garimpo ilegal. Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/brasil/yanomami-roraima-proibiu-destruicao-de-equipamentos-do-garimpo-ilegal>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MIGUEL, J. C. Hochsprung . **“A ‘meada’ Do Negacionismo climático E O Impedimento Da governamentalização Ambiental No Brasil”.** *Sociedade E Estado*, vol. 37, no 01, abril de 2022, p. 293-15.

MILITÃO, E. UOL. Ibama multa em R\$ 1,2 mi fazenda que MP atribui a governador do Tocantins. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/29/ibama-multa-fazenda-tocantins-desmatamento-maximuss-mauro-carlesse.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MOURA, A. M. M. DE (ORGANIZADORA). Governança ambiental no Brasil : instituições, atores e políticas públicas. <http://www.ipea.gov.br>, 2016.

MOURA, A. M. M. DE. *Trajectoria da política ambiental federal no Brasil.* <http://www.ipea.gov.br>, 2016.

NOTÍCIAS UOL. **Governador de Roraima sancionou leis inconstitucionais em defesa do garimpo.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/25/leis-inconstitucionais-garimpo-roraima.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

NOTÍCIAS UOL. **Rubens Valente - Governador de RO quer desmembrar 2 unidades de conservação e ONGs reagem.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/11/30/reservas-meio-ambiente-rondonia-reducao.htm>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

OGLOBO. **Força Nacional é acionada para proteger sede do Ibama em Roraima.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/forca-nacional-acionada-para-proteger-sede-do-ibama-em-roraima-25317736>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

OMARANHENSE. **Consórcio Amazônia Legal lança Plano de Recuperação Verde para desenvolvimento econômico sustentável da região amazônica.** Disponível em: <<https://omaranhense.com/consorcio-amazonia-legal-lanca-plano-de-recuperacao-verde-para-desenvolvimento-economico-sustentavel-da-regiao-amazonica/>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

OMARANHENSE. **PRF realiza no Maranhão a maior apreensão de madeira ilegal do Brasil em uma mesma fiscalização nas estradas.** Disponível em: <<https://omaranhense.com/prf-realiza-no-maranhao-a-maior-apreensao-de-madeira-ilegal-do-brasil-em-uma-mesma-fiscalizacao-nas-estradas/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

OMARANHENSE. **Sefaz apresenta sistema de fiscalização único e inovador em evento internacional.** Disponível em: <<https://omaranhense.com/sefaz-apresenta-sistema-de-fiscalizacao-unico-e-inovador-em-evento-internacional/>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PECI, A. (2021). **Populism and Bureaucratic Frictions: Lessons From Bolsonarism.** PEREIRA, J. **Wilson Lima responde por omissão no combate ao desmatamento em 15 municípios do Amazonas.** Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/10/24/wilson-lima-responde-por-omissao-no-combate-a-o-desmatamento-em-15-municipios-do-amazonas/>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PEREIRA, A.K.; DE MORAIS, L.; SALOMON, M.; SILVA DE OLIVEIRA, M.; LACERDA, L.; CORSO, J. V.; SOUTO MAIOR, M. **Populismo e Desmantelamento da Política Brasileira de Fiscalização do Desmatamento, 2022.**

PETERS, B. G.; PIERRE, J. **Populism and Public Administration: Confronting the Administrative State.** *Administration & Society*, v. 51, n. 10, p. 1521–1545, 18 set. 2019.

PONTES, F. O Eco. **A Amazônia no Acre pede socorro.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/analises/a-amazonia-no-acre-pede-socorro/>>. Acesso em: 4 jun. 2023. O LIBERAL. **Pará reduz desmatamento em 21%, indica Inpe.** Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/para-reduz-desmatamento-em-21-indica-inpe-1.619206>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PONTES, F. O Eco. **Após gestão desmatadora, governador do Acre defende compromisso com meio ambiente.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/apos-gestao-desmatadora-governador-do-acre-defende-com-promisso-com-meio-ambiente/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

PONTES, F. O Eco. **Com política ambiental vaga, Wilson Lima é reeleito enquanto Amazonas sofre com seca.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/com-politica-ambiental-vaga-wilson-lima-e-reeleito-enquanto-amazonas-sofre-com-seca/>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PONTES, F. O Eco. **Em Rondônia, dois candidatos disputam o governo e o título de o “mais bolsonarista”.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/em-rondonia-dois-candidatos-disputam-o-governo-e-o-titulo-de-o-mais-bolsonarista/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

PONTES, F. O Eco. **Meio ambiente diferencia planos dos candidatos ao executivo de Rondônia.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/questao-ambiental-diferencia-planos-de-governo-de-candidatos-ao-executivo-de-rondonia/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

PONTES, F.O Eco. **Candidatos ao governo do Amazonas apresentam propostas de alto risco ambiental.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/candidatos-ao-governo-do-amazonas-apresentam-propostas-de-alto-risco-ambiental/>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PONTES, F. O Eco. **Simpático ao garimpo, Antônio Denarium tem mais quatro anos no governo de Roraima.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/simpatico-ao-garimpo-antonio-denarium-tem-mais-quatro-anos-no-governo-de-roraima/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

PRIZIBISCZKI, C. O Eco. **Governador de Roraima sanciona lei que proíbe destruição de equipamentos do garimpo ilegal.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/governador-de-roraima-sanciona-lei-que-proibe-destruicao-de-equipamentos-do-garimpo-ilegal/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

PRIZIBISCZKI, F. P., Cristiane. **Na COP 27, governador reeleito do Acre apresenta roupagem mais ambiental.** Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/na-cop-27-governador-reeleito-do-acre-apresenta-roupagem-mais-ambiental/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

ROCHA, Camila. **'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018).** 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RONDONIAGORA. **PF realiza operação de combate ao garimpo ilegal na Reserva Roosevelt e Parque Aripuanã.** Disponível em: <<https://www.rondoniagora.com/policia/pf-realiza-operacao-de-combate-ao-garimpo-ilegal-na-reserva-roosevelt-e-parque-aripuanã>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SEIBEL, E. J. **Metodologia para pesquisa hemerográfica**. Disponível em: <<http://nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-depesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica>>. Acesso em: 21 ago. 2023

SENADO NOTÍCIAS. **Gladson Cameli critica ação de órgãos de proteção do meio ambiente no Acre**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/16/gladson-cameli-critica-acao-de-orgaos-de-protecao-do-meio-ambiente-no-acre>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006

VEJA. Helder Barbalho: **“A floresta em pé deve ser tratada como ativo econômico”**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/helder-barbalho-a-floresta-em-pe-deve-ser-tratada-como-ativo-economico>>. Acesso em: 7 jun. 2023.